



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15845 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)
ISSN: 2595-7945
GT 15 - Educação Especial

EDUCAÇÃO E SAÚDE NAS ESCOLAS: DISPUTAS E SABERES ENTRE OS PROFISSIONAIS DA CLÍNICA E DA EDUCAÇÃO
Grazielle dos Santos Cunha - UFABC - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Luiz Renato Martins da Rocha - CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE

EDUCAÇÃO E SAÚDE NAS ESCOLAS: DISPUTAS E SABERES ENTRE OS PROFISSIONAIS DA CLÍNICA E DA EDUCAÇÃO

A escola deve se adequar às legislações, oferecendo aos estudantes os apoios que eles necessitam para consolidarem as suas aprendizagens. No caso dos estudantes neurodivergentes, um desses apoios pode ser a atribuição de um profissional que atue na eliminação de barreiras que dificultem as suas aprendizagens. Na rede municipal de educação de uma cidade de grande porte, contexto desta pesquisa, alguns estudantes que realizam terapias em clínicas particulares têm contado com o apoio do Acompanhante Terapêutico (AT) contratado por elas e inseridos nas escolas, cuja função consiste em complementar a intervenção clínica no ambiente escolar.

Têm direito ao AT, estudantes neurodivergentes. Para Alencar, Barbosa e Gomes (2022, p. 2.128) neurodivergência “é a compreensão de que condições neurológicas diferentes do “padrão” são variações naturais, ou seja, são parte da diversidade humana e não requerem cura ou tratamentos clínicos invasivos”. As autoras indicam como neurodivergentes as pessoas que se enquadram dentro do 1) Transtorno Espectro Autista (TEA), 2) Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), 3) altas habilidades/superdotação (AH/SD), dentre outras. Inseridos nesse contexto, questiona-se: como se revelam as disputas que emergem da relação educação e saúde quando ambos os serviços estão presentes nas salas de aula? Para responder a esta pergunta, busca-se compreender a relação entre profissionais da clínica e da educação e as suas implicações diante da necessidade de atender às legislações que prenunciam o direito ao AT de estudantes no ambiente escolar. Para alcançar tal objetivo,

nos valeremos da pesquisa qualitativa do tipo exploratória, envolvendo levantamento bibliográfico, realização de entrevistas, interpretação dos dados coletados e análise das legislações pertinentes ao tema e de documentos normativos da rede de ensino pesquisada, ainda em andamento.

A garantia dos direitos dos estudantes neurodivergentes, mais especificamente os estudantes com TEA, relativos à inclusão escolar, de forma que se ofereçam situações de ensino que se convertam em oportunidades de aprendizagem, passa pela organização do sistema educacional inclusivo e equitativo e, para isso, na contratação de profissionais. Esta pesquisa tem foco na investigação sobre a efetivação do direito desses estudantes preconizado pela Lei Brasileira de Inclusão - LBI (Brasil, 2015) e na Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA (Brasil, 2012) no que se refere à garantia da atribuição de um profissional de apoio, para a LBI e um acompanhante especializado, para a Lei N° 12.764 de 2012, no entanto, estamos falando aqui, de um terceiro profissional, que nem sempre é de fato especializado como prevê e é denominado na Lei supracitada e nem é um profissional de apoio como esclarecido pela LBI.

Foi identificado na rede de ensino pesquisada o aumento da demanda vinda de famílias de estudantes com TEA solicitando autorização para a entrada de profissionais vinculados a clínicas particulares/saúde onde eles realizam as terapias, para acompanhamento destes no espaço escolar. Os ATs devem, dentre outras atribuições mais específicas, desenvolver estratégias com o estudante no ambiente escolar, como ação complementar ao tratamento proposto.

Em uma revisão histórica do surgimento da figura do AT, Fráguas (2003, p. 101) aponta que “o acompanhamento terapêutico é uma prática originalmente pensada como recurso auxiliar no tratamento de pacientes psicóticos, com o objetivo de re-inseri-los no universo social, ao invés de mantê-los restritos ao espaço dos hospitais psiquiátricos”. Tem sido observado, no entanto, que a relação escola vs clínica não tem se desenvolvido na perspectiva da complementaridade, pois a adoção de estratégias terapêuticas, por vezes, se sobrepõe às propostas pedagógicas planejadas para o contexto escolar. Percebe-se, ainda, alto nível de dependência dos estudantes em relação aos ATs, inviabilizando o desenvolvimento da autonomia e a melhoria da interação com o grupo.

Espera-se que este trabalho possa contribuir com a proposição de um arcabouço teórico-prático sobre o lugar do AT no contexto escolar, além de contribuir com a discussão sobre estratégias para garantir o alinhamento entre os objetivos propostos no acompanhamento clínico dos estudantes e os pedagógicos, propostos pelos educadores, atendendo às necessidades educacionais dos estudantes neurodivergentes.

Palavras-chave: Escola. Clínica. Estudantes Neurodivergentes. Acompanhante Terapêutico. Políticas Públicas.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, H. F.; BARBOSA, H. F.; GOMES, R. V. B. Neurodiversidade: aspectos históricos, conceituais e impactos na educação escolar. In: CASTRO, P. A. et al. (org.). *Escola em tempos de conexões*. Campina Grande: Realize Editora, 2022, v. 2. p. 2.125-2.142.

BRASIL. Lei nº 13.146 de 6 jul. 2015. *Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência* (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, [2024].

COSENZA, R. M.; GUERRA, L. B. *Neurociência e educação: como o cérebro aprende*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FRÁGUAS, V. *Saindo do ab(aut)ismo: o vivido de uma experiência a partir de um trabalho de acompanhamento terapêutico*. 2003. 134f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

LIMA, F. S. C.; BOHN, D. M.; PASSOS, C. G. Educação Inclusiva e o desenvolvimento atípico quanto à dimensão cognitiva: uma revisão da literatura. In: *Polyphonia*, Goiânia, v. 34, n. 1, 2023. p. 201-223.

VIGOTSKI, L. S. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. In: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 4, dez. 2011. p. 861-870.

_____. *Problemas de defectologia*, v. 1. PRESTES, Z.; TUNES, E. (trad.). São Paulo: Expressão Popular, 2021.